

COMUNIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA E ESTADO-NAÇÃO: REPRESENTAÇÕES DOS DIRIGENTES ARMÊNICOS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O RELIGIOSO, O ÉTNICO E O NACIONAL

Gabriel Levita
UBA-CONICET
glevita@ceilpiette-conicet.gov.ar

Resumo

O presente artigo surge a partir da realização de uma série de entrevistas, trabalhos com arquivos e observações etnográficas no âmbito de um trabalho de campo sobre as instituições armênias em Buenos Aires, e objetiva apresentar um conjunto de reflexões em torno das formas em que diversos tipos de “especialistas armênios” representam a relação entre a comunidade étnico-religiosa e o Estado nacional. Sucessivas análises do material empírico recolhido permitem pensar o modo pelo qual, a partir dos diferentes quadros dirigentes das instituições armênias, se elaboram e impõem definições divergentes sobre o armênio, nas quais o religioso e o étnico se relacionam e se articulam de diferentes modos com as representações sobre os Estados-nação argentino e armênio. Assim, diversos grupos de especialistas com trajetórias de socialização distintas disputam para impor definições em um campo no qual mais de uma memória comunitária se apresenta como “verdadeira”. Neste sentido, o estudo das relações entre o religioso e o estatal – para este caso em que o grupo religioso possui uma forte ancoragem étnica – permite indagar sobre modelos de articulação complexos que se convidam a ser pensados em relação aos imaginários do mundo católico.

Palavras-chave: etnia – nação – armênios

INTRODUÇÃO

A comunidade armênia argentina constitui um caso que, tratando-se de uma *religião da diáspora*, atesta uma coexistência entre o pertencimento religioso e o pertencimento étnico (Vertovec, 2000) que, do ponto de vista institucional, remete-se à Igreja Apostólica Armênia e aos diversos organismos comunitários, respectivamente. Neste contexto, se constitui um universo de sentido que remete a idéia de *identidade axiomática* (Obeyesekere, 1995), na qual a seita religiosa e a atribuição étnica se encontram automaticamente ligadas. Isto posto, religião e etnia se acham também atravessadas pela dimensão do nacional, que gira em torno de representações e identidades referidas, ao mesmo tempo, à Armênia e à Argentina.

O religioso, o étnico e o nacional se imbricam mutuamente em constelações de sentido e produções discursivas que competem pela definição “do armênio”. Cabe, então, perguntar-se: existe uma visão do mundo “do armênio”? Em que representações coletivas têm sua fonte? De que modo aparece expressada em diversas produções escritas? Como se relaciona com o contexto sócio-histórico no qual é produzido? Que tipo de diálogos estabelece com modelos de articulação ligados a outras seitas e movimentos religiosos?

Retomando conceito, elaborado por Bourdieu, de *especialistas religiosos*, e entendendo-os como um corpo de agentes revestidos de um determinado poder social e especializados no *trabalho religioso* consistente, produzindo práticas e discursos dirigidos a um tipo particular de necessidades religiosas de certos grupos sociais (Bourdieu, 1971), podemos formular uma perspectiva muito interessante para começar a analisar o modo em que certos atores ligados a um clero geram definições sobre o comunitário. Analogamente, é extremamente útil pensar em termos de *especialistas* no que tange a diversos

indivíduos e grupos sociais que, a partir de âmbitos externos ao de uma instituição eclesial, adquirem dinâmicas de comportamento, pelo menos em princípio, equiparáveis.

ESPECIALISTAS RELIGIOSOS E ESPECIALISTAS ÉTNICOS

Como já assinalado, pensar em diversos atores sociais em termos de *especialistas* nos permite uma aproximação às suas práticas e discursos, de tal modo a enfocar nossa análise na forma em que seus interesses se diferenciam e, amiúde, se opõem. Neste sentido, pois o estudo que poderíamos denominar, ao menos em um primeiro momento, de *mundo armênio*, trará uma distinção entre os especialistas religiosos e os especialistas étnicos. Para adentrarmos no exame do primeiro grupo, nos centraremos em uma série de entrevistas realizadas com um arcebispo da Igreja Apostólica Armênia (IAA) ¹, enquanto que, para analisar o segundo grupo, trabalharemos sobre os arquivos do seminário comunitário *Sardarabad* ² e com entrevistas a um funcionário da Embaixada da Armênia, “Rubén” ³ – que se encontra ligado profissionalmente a tal publicação – e a

um alto funcionário do Centro Armênio, “Alberto”⁴.

Cada um deles formula definições distintas e diagnósticos diferentes sobre o que chamam de *armenidade*, e que poderíamos conceber, em um sentido amplo, como o universo de sentido do armênio. Em seguida, trabalharemos com dois eixos diferentes, que expressam núcleos problemáticos divergentes e que nos permitem analisar as distintas ênfases e matizes na elaboração destes discursos.

RELIGIÃO E ARMENIDADE

A maior relevância outorgada ao fator religioso na concepção da identidade armênia possuída pelos especialistas religiosos parece intuitiva e quase previsível. No entanto, uma leitura que atravessasse tal superficialidade notaria que a preponderância do religioso adquire um aspecto muito particular nas definições buscadas por estes atores.

“Quando falamos a Igreja, nos referimos a toda a comunidade. Porque “igreja” em si, a palavra, significa “grupo dos crentes”. Quando digo “Igreja Armênia”, me refiro aos crentes armênios.

Ou ao povo armênio.”
(Arcebispo)

Assim, uma análise mais profunda sugere que o arcebispo formula uma espécie de homologia entre religião, etnia e nação, que se manifesta em suas declarações acerca do papel institucional da Igreja Apostólica Armênia (IAA). Embora se reconheça a existência de outras seitas religiosas minoritárias, fica entendido que é “a fé” o componente essencial e aglutinador do armênio. “Comunidade” seria, aqui, equivalente a “comunidade religiosa-nacional”, e o clero seria o ator essencial na defesa identitária. Além disso, a sinonímia que se sugere entre “armênio” e “cristão” possui pretensões excludentes sobre quem não se reconhece como “crente”, de tal modo que todo aquele “eu” que se identifique como armênio, passa a ser automaticamente cristão, independente se assim se represente ou não.

“A religião forma parte do que somos. Como disse inicialmente. Sem ser cristão... Não existe um armênio que não seja cristão. E se é cristão, pertence de nascença à armenidade. E quando digo armenidade não me refiro somente à Igreja Apostólica Armênia. Temos também armênios evangélicos, apostólicos

romanos, mas são armênios através de sua fé também. E a fé nos abriu muitos espaços. Porque, como te disse, historicamente temos estado rodeados por não cristãos. Um armênio é cristão por si. Mesmo que seja crente ou não. A Igreja não é somente... A Igreja tem uma dupla missão: por um lado, a fé, que é a religiosidade, e, por outro, o nacional. Manter as tradições e a identidade armênia. Por isso, me parece que é uma das poucas igrejas no mundo que mantém sua liturgia e seu idioma original. Nunca o mudamos, nem vamos mudar.” (Arcebispo)

Outro elemento interessante que também se encontra presente no fragmento citado é a definição pelo oposto. O “não cristão”, que neste caso é sinônimo de “não armênio”, se ergue sobre o coletivo recortado e o circunda – nas palavras do ator – marcando um dentro e um fora. A imposição de definições e a reprodução comunitária necessitam também de alteridades, em relação às quais se definem. No caso de uma comunidade religiosa assim formulada, se trataria de não armênio/não cristão. Entrementes, é extremamente relevante a quase completa ausência de afirmações similares no seminário Sardarabad. Embora haja notícias que remetem à situação política, econômica e social da

República da Armênia, a presença do religioso é bem escassa. Existem menções a diversos acontecimentos ligados às festividades religiosas ou à agenda dos altos líderes clericais, mas de maneira alguma lhes é outorgado um lugar privilegiado. Ao contrário dos assuntos mais estritamente políticos ou econômicos, busca-se deliberadamente não editorializar as matérias utilizando uma linguagem mais concisa e supostamente neutra.

Isto posto, esta relativa falta de interesse pelas questões religiosas – tanto no nível institucional quanto das crenças particulares – aparece implicado nas declarações do secretário de comunicação da Embaixada. Ali se percebe um discurso no qual o religioso é somente uma dimensão, entre todas outras, do mundo armênio. Não se trata de uma comunidade definida em primeiro plano pelo religioso, mas sim, de um universo simbólico de tradições e costumes que aludem, antes de qualquer outra coisa, a um pertencimento étnico – no sentido amplo – conformado por uma pluralidade de elementos culturais.

“A identidade armênia é mais uma identidade nacional que uma identidade religiosa. Ou seja, a identidade armênia está formada por rum conjunto de

elementos que definem um pertencimento. E bem, esse pertencimento é muito superior ao religioso. É muito superior ao religioso. É um pertencimento histórico, um pertencimento lingüístico, um pertencimento racial, um pertencimento étnico, cultural, musical. A Igreja faz parte... Os armênios, em geral, são cristãos... Mas a identidade não está definida pelo aspecto religioso. É mais um elemento entre os étnicos, raciais, lingüísticos, culturais, o sentir-se parte de. Das tradições. Até, por exemplo, a gastronomia, a música, as canções, a vibração com algo.” (Rúben)

Também a alusão a referências estéticas, como a música ou a gastronomia, que são postos em pé de igualdade com a religião ou a língua, sugere a definição de um espaço simbólico muito mais amplo e frouxo que o proposto pelos especialistas religiosos. Inclusive, pode-se observar uma hierarquização – “pertencimento superior” – destes referenciais identitários, em que a religião perde posições, até mesmo, diante do estético – “cultural”, “musical” – e, fundamentalmente, diante do étnico, definido aqui em termos de estratégias de autorracialização, nas quais os especialistas étnicos reforçam o fechamento social do grupo acoplado às tradicionais relações de afinidade

étnica (Weber, 1996, p.319) acentuação do fechamento social que implica a noção de raça.

Trouxemos, assim, uma primeira série de diferenças em torno do eixo religioso, que separam claramente dois discursos distintos, elaborados e difundidos por dois grupos de atores diferentes. Fica assim fundamentada a ruptura que aponta, por um lado, para os especialistas religiosos e para a centralidade que outorgam à religião e, conseqüentemente, às suas funções clericais, e, por outro, para os especialistas étnicos e sua relativização do ponto de vista anterior, com uma maior ponderação dos elementos estritamente ligados à etnia e à sua estrutura cultural. Dois discursos diferenciados lutam para impor suas definições sobre o espaço abstrato de sociabilidade, que vão se configurando a partir dessas concepções.

NAÇÃO E ARMENIDADE

Como coletivo conformado a partir de um movimento migratório, coexistiu no mundo armênio duas constelações de sentido distintas no nível de identidade nacional, ligadas uma ao armênio, e outra ao argentino. No entanto, esta característica própria dos grupos surgidos de processos

migratórios adquire determinadas particularidades para cada caso, e se articula de formas muito distintas em cada um dos discursos que estamos analisando. A ponderação discursiva de um ou outro poço identitário, a forma na qual se articula com a história de cada grupo, as alusões ao país de origem ou referência, são apenas alguns dos pontos que vão permitir estabelecer diferenças entre as definições exprimidas por um ou outro grupo de especialistas.

Se religião e nação são dois componentes do mesmo par, as estratégias de reprodução do clero operam no sentido de equiparar ambos os termos, ressaltando suas virtudes e particularidades e, conseqüentemente, a importância do papel de seus dirigentes. A forte homologia entre religião, etnia e nação que postulam os especialistas religiosos, acaba vinculando, inevitavelmente, a circunscrição de um grupo religioso, definido por sua singularidade e em constante referência a um passado e a uma terra idealizados, com a delimitação de um coletivo nacional que supõe o reforço simbólico da esfera religiosa e do poder que concede a seus dirigentes.

“Simplesmente nascemos argentinos. O que somos? Não

nascemos na lua. Se amanhã se formar uma comunidade armênia na lua, seremos lunáticos armênios.”
(Arcebispo)

O argentino aparece como circunstancial e contingente nas definições de uma instituição religiosa cujo quadro principal é composto, em uma proporção importante, por pessoas nascidas ou educadas fora da Argentina.

“A armenidade é um sentimento nacional de um povo de 3000 anos que tem lutado, sofrido e segue mantendo sua identidade. E toda luta tem sido justamente para manter o que é nosso. Nosso direito de viver livremente, de ter nosso país. E ainda que estejamos tão longe de nosso país, na Argentina, manter o que somos. Armênios.”
(Arcebispo)

Por sua parte, nos registros de quem identificaria como especialistas étnicos se encontram abordagens bem distintas. Em primeiro lugar, se aludia à noção de *diáspora* – presente também no discurso dos especialistas religiosos – para definir uma instância diferente à de “povo armênio”. Esta última estaria limitada à população da República da Armênia, ao passo que a diáspora designaria um coletivo de atores

diferenciados tanto dos residentes na Armênia quanto de seu governo.

“Exaltamos com respeito e verdadeira admiração àqueles que têm a grande responsabilidade de sustentar o Estado Pátrio com seu trabalho cotidiano: o povo da Armênia, que amalgama seus esforços com uma Diáspora sempre atenta e disposta a acompanhar e a colaborar com o sustento e desenvolvimento da Armênia.” (Sardarabad, edição especial “Armênia: 15 anos de independência”, novembro de 2006, página 1).
 “O povo armênio: debilitado, com mais de 50% da população abaixo da linha da pobreza; forte imigração e laços complexos entre o governo local e a Diáspora.” (Sardarabad, edição especial “Armênia: 15 anos de independência”, novembro de 2006, página 5).

Neste sentido, vemos no seguinte fragmento como se manifestam as idéias de simetria e reciprocidade para o modelo de atribuição identitária proposto, o qual revela, além disso, uma forte ancoragem em personalidades exemplares.

“Os irmãos Gohós e Siranush Arzoumanian começaram a desenvolver uma importante obra benéfica em nossa comunidade, sendo sua mais alta realização a doação da Escola n°8, do Distrito

Escolar n°9, ao então Conselho Nacional de Educação, que recebe o nome de “Armênio-Argentina”, em homenagem à Pátria de nascimento e a Pátria de adoção dos doadores.

A partir deste momento, a escola se tona um verdadeiro ponto de amizade entre os dois povos.

Essa amizade se viu reforçada no período pré-independência da Armênia. E isto, que se tornou um formidável costume, por decisão dos benfeitores Armén e Siranush Mezadourian, continua após a independência, na celebração de 21 de setembro, como ‘Dia da Independência’.

Isto poderia ser um simples fato anedótico, mas é muito mais que isso, porque esta Fundação concretizou o outro lado da ponte, com a reconstrução da Escola ‘República Argentina’ de Ereván, onde, ano após ano, as crianças da Armênia celebram datas pátrias da Argentina, com criações e danças tradicionais, como retribuição ao que fazem seus pares de Buenos Aires.” (Sardarabad, edição especial “Armênia: 15 anos de independência”, novembro de 2006, página 13)

Desta forma, um a leitura mais profunda deste trecho nos convida a refletir sobre o modo em que a idéia de “pátria” aparece, e sobre a forma em que seu uso e a interpretação se vinculam com a história argentina do último século e meio. Ao mesmo tempo

mito e realidade, a Argentina imigrante se constrói sobre a base de grandes movimentos migratórios provenientes, principalmente, do sul da Europa e, em menor medida, do Oriente Médio – muito significativos em números absolutos e em termos relativos à população previamente existente – e sobre a construção de uma retórica oficial e amplamente difundida acerca da natureza imigrante e européia do país. A *era aluvial*⁵ (Romero, 1984) implicou a realização – embora com notáveis alterações – da política liberal das elites argentinas e teve lugar nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX. A cidade de Buenos Aires e as grandes planícies do litoral foram as primeiras receptoras das correntes migratórias, adquirindo um notável aspecto cosmopolita e propiciando uma profunda transformação sócio-demográfica, levando a um contexto de forte desenvolvimento econômico e de destacada ascensão social intrageracional (Torrado, 2007).

Tal panorama alimentou um imaginário tipicamente imigrante que, já presente nos próprios países de origem, foi constituindo a idéia de *América* como uma terra de progresso

econômico e social, onde tudo estava por ser feito, e onde não existiam guerras e perseguições étnicas ou religiosas, uma vez que a própria natureza do lugar consistia na coexistência pacífica de uma pluralidade inimaginável de coletividades diversas. Assim, embora qualquer geógrafo não hesitasse em apontar que a América é um continente que se estende do Alasca até a Terra do Fogo, para as massas migrantes da Europa e do Oriente, a América podia estar somente em dois lugares: os Estados Unidos e a Argentina (Hobsbawm, 1998, p. 124).

A idéia de “terra prometida”, de forte conotação religiosa para toda a tradição judaico-cristã, na qual bebia a imensa maioria dos imigrantes, esteve sempre presente nestas representações. Neste sentido, a alusão à “pátria de nascimento” e à “pátria de adoção” expressa, ao mesmo tempo, uma equiparação valorativa entre os dois termos, e a idéia da Argentina como terra prometida, eleita pelos próprios imigrantes e predestinada por forças cujo controle a eles escapava.

“O leitor poderá dizer que essa mesma falta de transcendência pode ser detectada na Argentina, no

nível do cidadão, quando se trata de refletir sobre o sentido das datas fundacionais da vida nacional.

Quem aqui escreve acrescenta que tampouco parece havê-lo nos Estados Unidos, onde o 4 de julho, o Dia da Independência, parece ser basicamente um dia para se ver como se lançam os fogos artificiais e nada mais. Mas os Estados Unidos são um país estabelecido, a potência do mundo, um Estado quase-imperial para muitos, que não se permite refletir sobre seu passado pela própria natureza pragmática de sua cosmovisão coletiva. Enquanto isso, a Argentina, com sua realidade eternamente cambiante e seus eternos intentos de consolidar-se como um país onde as pessoas vivem felizes (...) se deve, e muito, esse tempo de reflexão.

No entanto, os Estados Unidos têm 230 anos de independência, enquanto a Argentina tem 190. Uma eternidade, comparada com os 15 anos da Armênia, tão prolongados e tão frágeis. Poderá se dizer que qualquer país que se encontre nos primórdios de sua existência independente enfrenta muitíssimos problemas de toda índole, cuja solução requer décadas. Depois de 1810, a Argentina necessitou de sete décadas para chegar à 'organização nacional', que acabou em 1880, com a federação de Buenos Aires. Os Estados Unidos necessitou de 90 anos, até o fim da guerra civil em 1865, para lançar as bases de seu atual sistema, e mais um século, para começar a solucionar seus graves e, contudo,

irresolvidos conflitos sociais. O que podemos esperar da Armênia em tão pouco tempo?"(Sardarabad, edição especial "Armênia: 15 anos de independência", novembro de 2006, página 17).

O triplo paralelismo entre Armênia, Argentina e Estados Unidos retoma as dinâmicas discutidas e permite articular formulações sobre a situação política armênia com os relatos sobre a imigração que estes especialistas elaboram. Neste esquema, se privilegia o fator histórico-evolutivo para explicar as peculiaridades de cada caso, e se coloca os Estados Unidos em uma posição ótima em relação à data de independência e à organização estatal. A Armênia estaria localizada no outro extremo, deixando a Argentina em um papel intermediário e articulador entre a negatividade da posição armênia e a positividade da norte-americana.

Este tipo de reflexão, que propõe um intento de racionalização acerca da história argentina, se encontra em indubitável relação com uma série de representações muito difundidas acerca do "fracasso argentino". Boa parte da ensaística e da literatura nacionais está atravessada por debates desta tônica, nos quais se expõe um suposto paradoxo existente entre um país com

supostas condições para assemelhar-se às grandes potências mundiais, mas que, por uma razão ou outra, não apenas não alcançou nunca o *status*, como tem visto piorar as condições de vida de sua população nas últimas décadas.

As comparações assinaladas entre a Argentina e os Estados Unidos vêm de longa data na historiografia nacional⁶ (González, 1979) e foram sendo cristalizadas em um conjunto de pensamentos e representações de sentido comum muito generalizadas. Além disso, supõem um complexo diálogo como que pode ser assinalado com um tradicional anti-norteamericanismo muito arraigado nas elites locais (Donatello, 2007).

Assim, os especialistas étnicos apontam para a elaboração de esquemas explicativos e marcos de sentido orientados para a significação, tanto da Armênia quanto da Argentina, mas a partir de estruturas de raciocínio e de imaginários tipicamente presentes em quem se reconhece herdeiro da Argentina imigrante.

INTEGRALISMO ARMÊNIO?

Pensar as relações entre o religioso e o nacional no contexto

latino-americano supõe, necessariamente, um diálogo com os desenvolvimentos sócio-históricos que analisaram estes vínculos a partir do catolicismo, entendido não apenas como instituição eclesiástica, mas também como movimento religioso. Assim, as dinâmicas e definições formuladas pelos atores citados permitem múltiplas comparações com fenômenos ligados a outras seitas religiosas. Mallimaci, Cucchetti e Donatello (2006) postulam a existência de uma *matriz comum integralista* na Argentina do século XX que ligou o político com o religioso e o católico com o nacional e que, por sua vez, “se fará presente historicamente de maneira volátil, complexa e, sobretudo, heterogênea, [e] recorrerá a diversas articulações políticas e religiosas” (Mallimaci, Cucchetti, Donatello, 2006, p. 159).

Este horizonte comum de sentidos – que liga diferentes espaços políticos e sociais – supõe uma imbricação entre memória religiosa e memória nacional, ao mesmo tempo em que naturaliza o laço entre religião e política. Neste sentido, é “integral” porque une o social, o político, o cultural e o doutrinário em visões e diagnósticos totalizadores do mundo,

que operam em direção à conformação de subjetividades sociais a longo prazo. Por outro lado, o conteúdo desta matriz gira em torno das representações que apontam para uma luta contra a modernidade – seja em uma explicação pré-moderna, anti-moderna ou pós-moderna – e, conseqüentemente, contra o liberal, o burguês, o capitalista, o comunista, etc.

Isto quer dizer que estamos diante da presença de um corpo de representações que vincula o nacional com o religioso, implica determinados diagnósticos do mundo e liga o religioso com o político a partir da circulação de atores e sentidos por diversas instâncias religiosas e políticas. Cabe, então, perguntar-se sobre a presença de matrizes semelhantes em outros espaços religiosos e sobre os modos pelos quais as definições sobre o nacional, o étnico e o religioso se vinculam na Argentina.

Nossa revisão do material empírico resultante do trabalho de campo sobre dirigentes armênios, nos permitiu vislumbrar a existência de uma pluralidade de definições que em linhas gerais, também vinculam estreitamente o nacional com o religioso, desta vez com uma forte ancoragem étnica. No entanto, não se poderia dizer que das

racionalizações próprias dos atores se deduza algum tipo de representação ou crença política em torno de alguma *visão do mundo* político, entendida como um “conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um grupo e os opõe a outros grupos” (Goldmann, 1995, p.26).

Desta forma, ambos os dirigentes armênios – especialmente os especialistas religiosos – também concebiam relações integrais ou orgânicas entre o nacional, o étnico e o religioso, isto não parece se traduzir na formulação de opções concretas. Um estudo à parte, que por sua magnitude e alcance não foi aqui desenvolvido, mereceriam as redes político-religiosas que operam na República da Armênia, e que, efetivamente, alcançam os entrevistados. No que tange à circulação de atores através de espaços religiosos e políticos, resta, então, se perguntar em que medida essa se associa a horizontes de sentidos compartilhados, e até que ponto tem a ver com redes sociais baseadas em laços de afinidade étnica. Ou seja, fica colocado ao inquiridor sobre as motivações dos atores e sobre a existência de espaços político-religiosos armênios. A partir das respostas a serem elaboradas sobre estas perguntas,

poderíamos pensar o valor heurístico de se falar em termos de modelos da relação igreja-Estado para diferentes seitas religiosas.

Da mesma forma, as representações sobre o estatal tendeu a corporizar-se mais nos discursos dos especialistas étnicos. A percepção das instituições estatais argentinas como remotos e prescindíveis, ao mesmo tempo em que existem numerosas e amplas instâncias comunitárias que cumpriram as funções que não se demandam ao Estado argentino, nos fala da crença em um *espaço público comunitário* que vincula de maneira orgânica, e entre si, as diferentes dimensões identitárias que esboçamos, e com uma série de papéis e funções tipicamente estatais.

“Como comunidade, não somos de pedir muitas coisas ao Estado argentino. Embora todos nós nos consideremos argentinos de origem armênia. (...) Não existe a atitude de se sentir no direito de peticionar ao Estado argentino. Me parece que não há uma consciência nesse sentido. Como comunidade, nos arranjamos sozinhos. Em todas as funções e tarefas que se desenvolvem, que são muitas. A educativa, a religiosa, a assistencial. É uma comunidade que está muito organizada. Uma das

mais bem organizadas. Com instituições desportivas, culturais, sociais, educativas, religiosas. Mas trata-se de fazer as coisas sem pedir a ajuda, e a colaboração do Estado argentino. Eu tenho muitas relações com alguns funcionários dos diferentes governos, das diferentes administrações, dos diferentes níveis, municipais, provinciais, nacionais. Sempre nos dizem ‘A verdade é que vocês nos incomodam um pouco’” (Alberto).

Neste sentido, se abre o jogo para uma pluralidade de espaços institucionais, onde operam estes especialistas, que agora se vêem legitimados. Contudo, a presumida autonomia comunitária se nega a se própria no reconhecimento dos múltiplos vínculos com atores e funcionários estatais. O limite da prescindibilidade do Estado argentino aparece nas relações que é preciso estabelecer para construir o espaço público comunitário.

Em síntese, a chave comparativa de análise, ao mesmo tempo em que nos permite contextualizar o estudo de nosso objeto, nos dá a possibilidade de compreender as peculiaridades interrelacionais entre o religioso e o nacional, que projetou um caso em que as representações que os ligam não se traduzem em opções político-religiosas,

do modo como ocorreu no catolicismo argentino do século XX.

RECAPITULAÇÕES

Através do presente trabalho, analisamos a exploração das representações dos dirigentes armênios sobre as relações entre o religioso, o étnico e o nacional em torno das vinculações entre a comunidade étnico-religiosa e o Estado-nação. Expressas a partir de diferentes posições do que poderíamos arriscar em denominar em chamar de “campo armênio”, as duas formações discursivas que analisamos através de nosso percurso pelo presente trabalho são formuladas por grupos de atores claramente diferenciados que, em um esforço por compreender e explicar o desenvolvimento destas dinâmicas, foram por nós englobadas sob as categorias de especialistas religiosos e especialistas étnicos.

Assim, se percebe uma ruptura entre, de um lado, os especialistas religiosos e a centralidade que outorgam à religião e, conseqüentemente, a suas funções clericais, e, de outro, os especialistas étnicos e sua relativização do ponto de vista anterior, com uma maior ponderação dos elementos

estritamente ligados à etnia e sua estrutura cultural.

Os primeiros esboçam um “nós” claramente definido na equiparação entre religião, etnia e nação, que se ergue diante de uma alteridade constituída pelo não armênio, entendido como não cristão. Desta maneira, a visão acerca de um laço integral entre o religioso e o nacional aparece fortemente expressa. As representações sobre o argentino e o estatal aparecem ligadas à idéia de contingência. Uma análise detida fará notar uma ênfase naqueles elementos que privilegiam o fator religioso e os mecanismos de reprodução comunitária a ele ligados, em consonância com um interesse em conservar ou melhorar a posição eclesiástica no campo das relações de poder. Uma leitura sociológica sugeriria a incidência, por um lado, do fato de se tratar, pelo menos neste caso, de pessoas nascidas no estrangeiro que chegaram à Argentina através de disposições administrativas e em uma idade avançada.

Por sua parte, os especialistas étnicos abrem espaço a uma multiplicidade de âmbitos de interação ao diluir a rigidez que as categorias do religioso pareciam haver imposto ao

“armênio”. O vínculo orgânico e integral entre o religioso e o nacional se torna débil, o *outro* se confunde e a possibilidade entre o religioso e o nacional se amplia, mesmo que de forma relativa. O recurso frente ao estatal e a vontade de construir um espaço público do armênio operam também neste sentido. Recapitulando, sociologicamente trata-se de atores nascidos no país e socializados sob a forte influência das representações sobre a Argentina imigrante, que delineiam as bases sobre as quais se constroem as categorias de suas percepções.

Retomando as interrogações iniciais que deram corpo a este trabalho, podemos pensar, como Hervieu-Léger, as religiões com mobilizadoras de uma memória coletiva específica. Neste caso, se trataria de um campo no qual encontramos duas memórias que se afirmam como “verdadeiras”. Memória religiosa e memória étnica possuem, ambas, um caráter fundamentalmente normativo e são gerenciadas pelos “produtores organizados da memória coletiva” (Hervieu-Léger, 1996, p. 10). Contudo, a normatividade de cada memória, assim como os elementos históricos e culturais nos quais encontra

suas fontes, está inscrita nas dinâmicas particulares que deram forma, e seguem afetando, a estrutura própria de cada grupo.

Tradução: Wagner Silveira Rezende
Revisão: Henrique Queiroz

Resumem

El presente artículo surge a partir de la realización de una serie de entrevistas, trabajos de archivo y observaciones etnográficas en el marco de un trabajo de campo sobre las instituciones armenias en Buenos Aires y se propone comunicar un conjunto de reflexiones en torno a las formas en que diversos tipos de “especialistas armenios” se representan la relación entre la comunidad étnico-religiosa y el Estado-nacional.

Sucesivos análisis del material empírico recabado habilitan la posibilidad de pensar el modo en que, desde los distintos cuadros dirigentes de las instituciones armenias, se elaboran e imponen definiciones disímiles sobre lo armenio en las que lo religioso y lo étnico se relacionan y articulan de diferentes modos con las representaciones sobre los Estados-nación argentino y armenio. Así, diversos grupos de especialistas con trayectorias de socialización distintas pugnan por imponer definiciones en un campo en el que más de una memoria comunitaria se reclama como “verdadera”.

En este sentido, el estudio de las relaciones entre lo religioso y lo estatal –para este caso en el que el grupo religioso posee un fuerte anclaje étnico– permite indagar sobre modelos de

articulación complejos que invitan a ser pensados en relación a los imaginarios del mundo católico.

Palabras clave: etnia; nación; armenios

BIBLIOGRAFÍA

BOURDIEU, Pierre. *Génèse et structure du champ religieux*. *Revue Française de sociologie*, Vol. XII, París, 1971.

DIANTEILL, Erwan y LÖWY, Michel. *Sociologies et religion. Approches dissidentes*, París : Presses Universitaires de France, 2005.

DONATELLO, Luis Miguel. *Conflictividad política y conflictividad religiosa en la Argentina moderna: procesos de 'teologización' de la política. Sí somos americanos*. *Revista de estudios transfronterizos*, Vol. VIII, Santiago de Chile: Universidad Arturo Prat, 2007.

GOLDMANN, Lucien. *Le dieu caché. Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal et dans le théâtre de Racine*, París: Gallimard, 1955.

GONZÁLEZ, Joaquín V. *El juicio del siglo: o cien años de historia argentina*, Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1979.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. *Catholicisme: l'enjeu de la memoire*. In : CIPRIANI, R. (ed.). *Religions sans frontieres? Present and future trends of migration, culture and communication*, Roma: Presidenza del Consiglio dei Ministri, 1994.

HOBSBAWM, Eric. *La era del imperio: 1875 – 1914*, Buenos Aires: Crítica, 1998.

MALLIMACI, Fortunato H., Humberto H. CUCCHETTI, y L. M. DONATELLO. *Caminos sinuosos: nacionalismo y catolicismo en la Argentina Contemporánea*. In: RIVERO, A. y COLOM GONZÁLEZ, F. (Eds.). *El altar y el trono. Ensayos sobre el catolicismo político latinoamericano*, Barcelona: Antrophos / Unibiblos, 2006.

OBEYESEKERE, Gananath. *Budism, Nationhood, and Cultural Identity: a question of fundamentals*. In: MARTY y APPLEBY. *Fundamentalism Comprehended*, Chicago: University of Chicago Press, 1995.

ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1984.

TORRADO, Susana. *Historia de la familia en la Argentina moderna (1870-2000)*, Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 2003.

VERTOVEC, Steven. *Religion and Diaspora*. In: ANTES, GEERTZ, y WARNE (eds.). *New Approaches to the Study of Religion: Textual, Comparative, Sociological, and Cognitive Approaches*, Berlin y New York: Verlag de Gruyter, 2000.

WEBER, Max. *Economía y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*, México: Fondo de Cultura Económica, 2005.

NOTAS

¹ O arcebispo em questão é monsenhor e é uma das autoridades máximas da Diocese argentina da Igreja Apostólica Armênia. Nascido na República Árabe Síria na década de 1940, chegou à Argentina ordenado como cura em meados da década de 1970, e posteriormente foi

ascendendo na estrutura hierárquica da instituição.

² *Sardarabad* é uma publicação semanal da Associação Cultural Tekeyan, vinculada à Assembléia Nacional Armênia. É editada desde 1976 e consta de 12 páginas em formato similar a um jornal, e possui, atualmente, uma tiragem de 3000 exemplares, distribuídos na cidade de Buenos Aires, em sete províncias argentinas, no Uruguai, no Chile e no Brasil. Conta com representantes em Córdoba, Montevideu e San Pablo, e é dirigida pelo Deputado da Província de Buenos Aires, Sergio Nahabetian (Recrear-PRO, centro-direita). Em suas páginas, publica conteúdos próprios, material produzido pela União Geral Armênia de Beneficência, artigos da Instituição Administrativa e da Igreja Armênia, assim como grande quantidade de anúncios publicitários ligados ao comércio e a profissionais armênios.

³ Rubén tem um alto cargo na Embaixada da República da Armênia. Nascido na Argentina na década de 1950, possui relações de amizade e trajetórias de socialização compartilhadas com o diretor e a coordenadora do seminário *Sardarabad*.

⁴ Alberto nasceu na Argentina e tem aproximadamente 50 anos. Possui um cargo de direção no Centro Armênio e é, além disso, contador público nacional, profissão que exerce em seu próprio escritório. Possui trajetórias institucionais compartilhadas com Rubén e com os responsáveis do seminário citado.

⁵ A história da Argentina é, regra geral, dividida em 4 grandes eras: a Era Indígena (antes da colonização); a Era Colonial (até 1810 com a Independência); a Era Crioula (1810-1880) e a Era Aluvial (de 1880 até hoje). (N.T.)

⁶ Em 1910, devido ao Centenário da Revolução de Maio, o então Reitor da Universidade Nacional de La Plata – que também exerceu cargos de deputado, senador, governador da Província de La Rioja, Ministro do Interior, da Justiça e Instituição Pública, e ministro de Governo e Relações Exteriores – publicou um ensaio que se tornaria central como constitutivo de uma “consciência nacional”. “A razão do século” é um texto que cristaliza algumas das idéias que previamente haviam sido esboçadas por Sarmiento e Alberdi, em torno da comparação entre Argentina e Estados Unidos.